

“PARA ALÉM DA TERRA...”: ASPECTOS CULTURAIS SOBRECAMPESINATO NO ESTADO DO TOCANTINS**Gleys Ially Ramos dos Santos****“PARA ALÉM DA TERRA...”: ASPECTOS CULTURAIS SOBRE CAMPESINATO NO ESTADO DO TOCANTINS****"MÁS ALLÁ DE LA TIERRA...": ASPECTOS CULTURALES DE CAMPESINADO EN EL ESTADO DE TOCANTINS**

Gleys Ially Ramos dos Santos
(*Lagente/IESA/UFG*)
gleys-geo@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivos analisar as relações estabelecidas no campo para entender como o campesinato, enquanto relação social que se reproduz no campo, resiste a todas as investidas do capital para expurgá-lo e identificar como o camponês emerge como principal sujeito social do campo. Para isso, delineamos um percurso teórico e metodológico, fundamentado em discussões filosóficas sobre a questão agrária brasileira, e, em seguida, apresentamos o trabalho de campo desenvolvido nas áreas rurais do entorno de Porto Nacional – TO, relacionando a teoria e a realidade vivida e protagonizada pelos camponeses na atual conjuntura política do campo no Brasil.

Palavras-chave: Camponês, Relação social, Tocantins.

Resumen

Este artículo objetiva analizar las relaciones establecidas en el campo para comprender como el campesinato, mientras sea una relación social que se reproduce en el campo, resiste a todas las inversiones de capital para expurgarlo, e identificar como el campesino emerge como sujeto principal del campo. Para eso, delineamos un camino teórico y metodológico, fundamentado en las discusiones filosóficas sobre el tema agrario brasileño, y, en seguida, presentamos el trabajo de campo desarrollado en los sitios rurales ubicados alrededor de Porto

Nacional – TO, relacionando la teoria y la realidad vivida y protagonizada por los campesinos en la actual situación política del campo en Brasil.

Palabras-llave: Campesino. Relación social. Tocantins.

Introdução

O capitalismo proporcionou ao mundo duas formas de expansão, uma colonial e outra de mercado. A primeira tinha como base a terra, e a segunda, a renda da terra. Sabe-se que, ao se acumular, o capital tende sempre a ampliar o seu espaço de atuação e, por consequência, ampliam-se também todas as suas relações sociais.

Apesar de parecer contraditório, o campesinato livre é uma classe social do capitalismo. Com esse entendimento, somado aos aspectos culturais do campesinato e as relações sociais existentes, buscamos entender como o camponês tornou-se um dos principais sujeitos sociais da questão agrária brasileira.

Até o século XVIII a posse da terra esteve relacionada a boas condições sociais e econômicas e aos privilegiados da nobreza. Esses fatores contribuíram para a exclusão de alguns sujeitos sociais que, hoje, constituem a sociedade brasileira, como os pobres, os negros, os indígenas, as mulheres e a grande maioria dos imigrantes. Quem carregasse alguma dessas características estava sistematicamente excluído do direito à posse de terras no Brasil.

Inúmeras pessoas foram privadas do acesso à terra e a um modo de vida digno, resultando no aparecimento de uma população que se encontra à margem, não só do campo como também da cidade, já que a maioria não foi acolhida pelos centros urbanos. Com modos de vida distintos do urbano e uma mão de obra sem qualificação, alguns se submetem a trabalhos sub-humanos, outros são esquecidos à própria sorte. Diante desse cenário de exclusão, o que restaria ao camponês, então, senão o seu sumiço?

A partir desse questionamento, este artigo discute a questão do desaparecimento do camponês em relação à atual conjuntura agrária do Estado do Tocantins (mais especificamente dos arredores do município de Porto Nacional), procura entender como as relações camponesas se reproduzem e faz uma análise de quem é o camponês no campo tocantinense.

Como base nos registros e relatos das experiências vividas por camponeses na luta pela terra, identificamos teoricamente o sujeito social camponês, os aspectos culturais que o

constitui e as relações sociais de luta, embates e modos de vida que caracterizam o campesinato brasileiro.

Em seguida, estabelecemos algumas semelhanças do campesinato com as relações existentes nos espaços de lutas e resistência do camponês a partir do que pode ser observado no Acampamento de Sem Terras Sebastião Bezerra da Silva, no Assentamento Rural Padre Josimo I e II e na pequena propriedade de Seu Expedito, no Estado do Tocantins.

O Sujeito camponês?

Uma das características mais forte do camponês sem dúvida é a resistência. O retorno ao campo foi uma das alternativas encontradas para que o camponês não fosse relegado ao desaparecimento. Para Oliveira (2007) o camponês é um pequeno produtor familiar no campo, é quem propicia a vida por meio da sua produção.

O doloroso retorno após a expropriação de suas terras legou aos camponeses modos de vida urbanos. Alguns foram acostumados a trabalhar em outras terras (diferentes das que possuíam), e milhares procuram na terra um modo de vida decente para garantir às futuras gerações a segurança de viverem melhor, já que a terra é uma das únicas possibilidades de identificação e sobrevivência dessa população.

Mesmo relegado ao desaparecimento e contrariando algumas teorias, o retorno ao campo foi e está sendo uma nova forma de viver com dignidade. E foi acreditando numa política social e econômica que valorizasse esse querer e esse direito, que a própria figura do camponês vem se fortalecendo a partir de várias ressignificações sobre o que é o campesinato e quem de fato é/são o(s) camponês(es) no Brasil.

Embora a participação do camponês no campo estivesse limitada à situação de agregado ou de posseiro, sem o domínio da terra, esse sujeito social criou possibilidades de existência no campo, mesmo diante de muitas situações desfavoráveis de opressão e violência. O abandono (que não ocorreu) das relações sociais no campo poderia ter significado de alguma forma o abandono do campesinato.

As pesquisas realizadas no campo quase sempre revelam a existência de muitos outros sujeitos, o que fortalece o camponês, enquanto sujeito social, e ao mesmo tempo tende a invisibilizá-lo nos processos que ocorrem no meio rural brasileiro.

Segundo Wanderley (1996), o campesinato no Brasil tem características particulares – em relação ao conceito clássico de camponês – que são resultado do enfrentamento de

situações próprias da História social do Brasil que servem hoje de fundamento a este patrimônio sociocultural e devem ser adaptadas às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

Pensar o campesinato e os camponeses, hoje, é uma tarefa que se formula em meio a um novo olhar para as transformações, as rupturas e os deslocamentos que o campo brasileiro sofreu, e ainda sofre, ao longo dos séculos em meio a uma luta pela conquista e permanência na terra. Os traços que ainda permeiam esses sujeitos nos levam às práticas e às representações feitas da terra e da possibilidade de voltar a ela (MARTIN, 2008).

Os conflitos de terras mostraram outros personagens, outros sujeitos sociais envolvidos intimamente com que acostumamos denominar de “a questão agrária brasileira”. Mas a emergência de sujeitos sociais, ou mesmo a transformação desses em uma classe, é na verdade uma tentativa de negar a dinâmica camponesa e as relações sociais advindas do campesinato.

Assim como outras contradições do capitalismo, essa tentativa de enfraquecer esse sujeito social também o fortalece, já que a história é feita por aqueles que eram "novos objetos" de estudo e se tornaram sujeitos.

Nessa busca pelo retorno à terra, o camponês encontra outros sujeitos que fortalecem as relações capitalistas de produção. Eles estão dispostos e a serviço do capital, usando principalmente a violência física para intimidar e exterminar qualquer um que se oponha aos seus interesses mercantis. No interior dessa luta pela terra, encontramos os mais diversos tipos de sujeitos, que reproduzem tanto as relações capitalistas de produção quanto as relações do modo de vida campesino.

Portela e Oliveira (1989) já apresentavam alguns desses sujeitos, facilmente encontrados nos espaços de luta pela terra ou envolvidos no processo de luta pelos espaços, ou ainda nas ações que buscam fragilizar as reivindicações desses camponeses. Assim, em suas definições, encontramos diversos sujeitos como:

- **Grileiros** – pessoas que se apoderam ilicitamente de grandes extensões de terra, através da obtenção de títulos falsificados;
- **Posseiros** – agricultores que cultivam pequenas parcelas de terras. Não possuem títulos de propriedade, dispondo apenas da posse da terra;

- **Empresários** – pessoas ricas ou empresas que adquirem enormes extensões de terra, munidos de títulos de propriedade (a maioria duvidosos). Surgiram a partir de incentivos fiscais concedidos para regiões do país;
- **Arrendatários** – pessoas que alugam (locam) parcelas de terras, visando quase sempre a grande produção de monoculturas ou se inserir numa agricultura de mercado;
- **Empreiteiros** – também conhecidos por “gatos”, são indivíduos que trabalham no agenciamento de trabalhadores ou peões;
- **Peões** – trabalhadores de projetos agropecuários, que realizam atividades como derrubar a mata, plantar capim, roçar pastos. Recebem salários baixos, quase sempre sem carteira assinada;
- **Jagunços** – também chamados de “pistoleiros” ou “seguranças”, são contratados por grileiros, empreiteiros ou empresários para patrulhar as suas terras e expulsar delas os posseiros;
- **Colonos** - pequenos agricultores ou trabalhadores de certos projetos agropecuários que normalmente vieram do Sul do país;
- **Indígenas** – povos pré-colombianos, constantemente expulsos das terras que habitam, são exterminados ou obrigados a se “confinarem” em reservas legais, muito mal protegidas pelo governo federal ou, então, tem que se aculturar e transformar-se em peões ou trabalhadores de baixa remuneração.

Diante dessa diversidade, nos perguntamos: Afinal, quem é o camponês? Segundo os postulados de Teodor Shanin (2005) existe uma perspectiva para essa pergunta e, de certa forma, um caminho teórico para elucidar algumas relações que são percebidas no campo brasileiro.

O Camponês é uma mistificação [...] não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral, e o mesmo é válido para o contexto histórico. O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. (SHANIN, 2005 p. 02).

Assim, ao compreendermos o camponês em suas relações sociais e entendemos porque o campesinato não desapareceu. O esforço para o desaparecimento do camponês não condicionou o desaparecimento do campesinato, permitindo que os camponeses se articulassem e se organizassem para tentar restabelecer a dinâmica social do campo brasileiro, apesar das sucessivas investidas do capitalismo de sufocá-lo e/ou enfraquecê-lo.

Essa afirmação corrobora com a premissa de Wanderley (1997). Para ele, em primeiro lugar, o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Em diversos países na atualidade, nos setores mais ou menos expressivos que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, é possível identificar características próprias do campesinato tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social.

As coletividades fundamentam essas relações, qualquer que seja a diversidade das regiões, das nações, das civilizações e dos regimes políticos, vê-se sempre a coletividade integrar-se à sociedade global, conservando sua autonomia e sua originalidade.

Tais relações são tão fortes que afirmam a existência e a resistência do campesinato. Mesmo com o evidente êxodo rural, muitos grupos de pequenos agricultores permaneceram em suas terras. Essa permanência gerou, em determinados grupos, no mesmo período, uma reconstrução e reorientação da vida social e de suas principais características camponesas.

Evidentemente, é preciso considerar, antes de tudo, que o “modelo original” do campesinato brasileiro reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais da própria história da agricultura brasileira, especialmente, o seu quadro colonial que se perpetuou como uma herança após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão; e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (WANDERLEY, 1996).

No campesinato brasileiro foram os aspectos culturais que o definiram como uma relação social e o sustentou como modo de produção. O elemento central do campesinato é o uso comum da terra, o que pode configurar na produção camponesa comunitária, apesar dos traços de coletividade que existem entre os camponeses. Logo, não há como afirmar a existência de um só camponês ou mesmo de um só tipo.

Apesar de a acumulação ser uma das características do camponês, ela é mais um componente do que um *a priori*. É pelas diversas formas de o camponês reproduzir suas

relações que o campesinato no Brasil não é homogêneo, e que, por isso, possui muitas possibilidades de existência, apesar de todas as contradições do capitalismo.

O capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Mas, por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parte-se também, do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro do capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

Quem recria o campesinato é o capitalismo, mas são as relações internas e íntimas do camponês, como as de parentescos, de amizades, de companheirismo bem como as profundamente religiosas, que vão definir o campesinato (no caso brasileiro). Isso reforça as afirmações feitas por Oliveira (2007, p. 131) de que “o que define o campesinato são as relações sociais”, e que, apesar dessas influências serem apropriadas pelo capital, são elas que irão fortalecer a oposição entre “terra de trabalho” e “terra de negócio” pondo em evidência o camponês como sujeito social do campo.

O camponês sem terra

Ainda segundo Oliveira (2007), a base teórica para se compreender o campo brasileiro está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo e a sua consequente expansão no campo se fazem de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Além das diversas relações e situações sociais no campo, encontramos também o camponês em diferentes momentos de sua afirmação enquanto classe.

O acampamento configurou-se como uma dessas formas de afirmação. Visando um espaço social de sobrevivência e convivência – espaço esse proporcionado por meio da terra – milhares de camponeses no Brasil se articulam através de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações que envolvem partidos políticos e a Igreja numa tentativa de reverter o quadro social de exclusão, expropriação e pobreza, resultante dos conflitos de terra no campo, que sufocam milhares de pessoas obrigando-as a viver em mazelas sociais, quase sempre na cidade.

A modernização da agricultura, a ocupação e a incorporação de novas áreas à produção capitalista do agronegócio intensificaram o processo de expropriação e de expulsão dos camponeses, motivando um conjunto de conflitos no campo brasileiro. Esses conflitos indicam um enfrentamento da classe camponesa à ordem capitalista exploradora e expropriatória.

O descaso político e a distorcida crítica civil quanto às articulações dos acampamentos dificultam a luta por uma equidade social no campo, a partir do cumprimento da função social da terra. Especialmente no Brasil, onde existe a criminalização dos movimentos sociais e a falta de ação política dos sindicatos, a força política, econômica e cultural do latifúndio faz com que os acampados tenham lutas redobradas.

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e outra para permanecerem na terra, como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. Os camponeses são, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas (OLIVEIRA, 2007).

A partir da década de 1980, o campesinato se organizou e passou a ocupar latifúndios para pressionar o Estado a resolver o problema da posse da terra e da realização da reforma agrária. As diferentes lutas sociais que aconteceram no campo brasileiro são respostas à expansão capitalista sobre o território camponês.

Os acampamentos no Estado do Tocantins, embora articulados de diversas formas ao longo do Estado pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT), que faz um trabalho de base com os sindicatos rurais na região do Bico do Papagaio, no centro e no sudoeste, articulados com Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) e o Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), enfrentam as mesmas dificuldades.

Recentemente, a articulação desses dois movimentos sociais, MST e MAB, vem ocorrendo nos acampamentos no Estado, através da Via Campesina, fortalecendo o debate no Tocantins sobre a questão da água (UHE's), intensificando os conflitos agrários e consequentemente a exclusão, a expulsão e a violência contra os camponeses.

O Acampamento de Sem Terra Sebastião Bezerra da Silva, organizado pelo MST e articulado conjuntamente com o MAB, está localizado nas margens da Rodovia TO-050 na estrada que liga os municípios de Porto Nacional a Palmas¹.

¹ Definido como lugar definitivo para a luta pela terra, o acampamento já esteve em três outras áreas, numa delas (a primeira) ocorreu a ocupação da Fazenda Don Augusto, visando denunciar a situação irregular em que se

Atualmente, eles estão na rodovia estadual (TO-050), mas já estiveram na entrada ao sul do município de Palmas e na frente do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), também localizado na capital. São cerca de oitenta famílias acampadas que já foram cadastradas no Incra e estão à espera da desapropriação da Fazenda Don Augusto, num processo de organização e trabalho de base iniciados nas comemorações do *Abril Vermelho*, preparadas pelo MST, MAB, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Via Campesina, em todo o Brasil, para reforçar o sistema falho e cruel de terras no país.

Acampados há quase seis meses, segundo os coordenadores do movimento, os camponeses recebem, precariamente, assistência do Incra, até mesmo de cestas básicas. De modo geral, todo subsídio vem da organização dos movimentos (MST e MAB), das famílias que se encontram no perímetro urbano ou dos que estão acampados e trabalham na região (em fazendas, casas, chácaras etc.).

Muitos estão na luta há vários anos, alguns há quase quinze anos sem ter êxito. Milhares viram seus pais e irmãos conseguirem os lotes, por isso, a esperança é reforçada. Apesar de todas as dificuldades, parece não haver desânimo por parte dos acampados, embora a luta no acampamento seja, visivelmente, desumana. Mas as dificuldades e o descaso do Incra parecem não desanimá-los.

Para Oliveira (2007, p. 135): É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses, no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. O século passado foi, por excelência, o século da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso que este camponês não é um camponês que na terra entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, este camponês praticamente não teve acesso à terra, é, pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que surgiram os movimentos socioterritoriais de luta pela terra, e com eles os conflitos, a violência.

No acampamento foram encontradas pessoas de várias regiões/estados (Pará, Maranhão, Paraná, Goiás, Bico do Papagaio, Sudeste, Norte e centro do Estado do Tocantins). Esses camponeses carregam em si um rol de contradições políticas e sociais que só os excluía dos espaços sociais. Em geral são pessoas pobres, negras e indígenas com um

encontrava a fazenda, que além de ter suspeita de grilagem em cerca de 70% de sua área, ainda constava na lista suja de trabalho escravo e não possuía nenhuma produção na área.

núcleo familiar já formado ou em formação, de escolaridade baixa ou inexistente e que, peculiarmente, carregam um sorriso no rosto e uma felicidade expressiva nas conversas.

Esses camponeses encontram nos movimentos sociais uma vivacidade para buscar um pedaço de terra e viver com dignidade. No entanto, nesse processo, o camponês ainda idealiza a terra, mas não a possui e nem tem garantias concretas que irá consegui-la, apesar de ser expressiva a esperança. Isso ficou evidente no Acampamento Sebastião Bezerra da Silva.

Nesse local e nas lutas do MST e do MAB no Estado do Tocantins foi forjado um “novo” sujeito do campo, denominado de sem terra. Muitos podem conquistar a terra, fazendo surgir ou fortalecer um modelo de assentamento rural que se diferencie daqueles até então existentes (colonização), porque apresentam camponeses com uma trajetória de luta e organização que se desdobra nas atividades de produção não capitalista. Embora o modelo queira conduzir o contrário, ele permanece essencialmente, de forma camponesa.

Mesmo sendo um espaço caracterizado pelas lutas, o acampamento não é uma unidade territorial, mas espacial, pois possui mobilidade e luta. São essas características que possibilitam ao camponês e, conseqüentemente, ao campesinato seu fortalecimento, uma vez que o latifúndio não tem mobilidade social, apenas física e política, que auxilia o latifúndio, sem ainda conseguir desenvolver um mecanismo que neutralize a luta, apesar de enfraquecê-la em algumas etapas que não são suficientes para dissipá-la.

O Assentamento “Rural” Padre Josimo I e II

A luta camponesa se constituiu como uma das principais características do campo brasileiro. Ela é resultante do processo de enfrentamentos com os proprietários de terra e com os capitalistas. Por meio dessas lutas, os camponeses vão conseguindo aos poucos (e lentamente) alguns resultados que vêm favorecê-los e que se materializam, sobretudo, na conquista da terra, isto é, nos assentamentos, uma forma da terra cumprir sua função social.

Nesse sentido, tendemos novamente a concordar com Oliveira (2007, p. 139) que está é a razão principal sobre a necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, e no seu interior, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupe um lugar de destaque. O MST, como o movimento socioterritorial rural mais organizado no final do século XX e início do século XXI, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra.

Essa luta camponesa revela aos interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não estamos diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade, uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

Embora o assentamento rural e suas divisões em lotes não sejam termos do campesinato, os modos de vida que se reproduzem são quase sempre dos camponeses. A importante participação das mulheres e dos filhos nas atividades nos lotes, no assentamento, em reuniões e assembleias é uma das principais características desse modo de vida.

Para Roos (2009), cabe ressaltar que este espaço conquistado pelos filhos e pelas mulheres dos assentados é fruto do processo de luta em que o homem passa a reconhecer a diversidade e dar valor para as opiniões da sua família. Além disso, a disposição dos grupos é feita através da proximidade dos lotes, facilitando a participação das famílias nas reuniões e discussões realizadas. Essa organização dos camponeses em grupos e as discussões política, econômica, social e cultural ocorridas tiveram como finalidade buscar melhorias para o assentamento.

As afirmações de Roos (2009) podem ser observadas nas organizações de assentamentos do MST no Estado do Tocantins. Em alguns assentamentos, como o Padre Josimo I e II, a organização dos camponeses reflete no âmbito político, no aprendizado, na coragem de reivindicar uma solução para seus problemas, desdobrando-se no fortalecimento das lutas.

Esse aprendizado é também uma herança do próprio processo em que se constituiu o assentamento. Depois de várias reuniões com as organizações sociais existentes no Estado, algumas iniciadas pela ONG COMSAÚDE - Comunidade de Desenvolvimento da Saúde e Educação-, no intuito de criar alianças e assim contribuir na luta dos trabalhadores rurais dentro da conjuntura estadual, surgiu, no dia 31 de julho de 2003, uma articulação e uma ação simultânea que deram início ao Acampamento de Sem Terra Padre Josimo, a princípio no

município de Porto Nacional e depois entre os municípios de Oliveira de Fátima e Nova Rosalândia.

As discussões e o Trabalho de Base em 2003 foram realizados por militantes do MST. Nesse mesmo ano, o Acampamento Padre Josimo, situado na BR-153, foi dividido em duas áreas (I e II) com aproximadamente 330 famílias nas proximidades dos cursos d'água. As áreas do acampamento ficavam a 10 km do município de Nova Rosalândia e 3 km do município de Oliveira de Fátima, com espaços cada vez mais escassos.

Nessa região foi registrada uma das maiores concentrações fundiária no Estado Tocantins. A grilagem de terras, fortemente alavancada nas décadas de 1970 e 1980, com grandes propriedades e projetos de repercussão nacional e regional ainda se “justificam” pela prática da grilagem. A ocorrência de graves conflitos agrários, como o da região do Bico do Papagaio, e a concentração de reivindicações sociais pela terra continuam a fazer parte do cenário tocantinense.

Um dos maiores representantes da luta pela terra nessa região, sem dúvida, foi o Padre Josimo Tavares que foi assassinado em 1988 por fazendeiros que se aliaram para reter as reivindicações dos rebeldes, organizadas principalmente pela Igreja Católica. Com a sua morte, ele se tornou um dos maiores referenciais da luta pela terra no Tocantins e no Brasil e foi homenageado em vários segmentos de luta pela terra organizados pelo MST.

No período de acampados, os assentados eram organizados por grupos de famílias e funcionavam com os setores da educação e da saúde para buscar, junto à prefeitura, atendimento para essas áreas, e outros setores, como o de gênero, organizavam as tarefas pertinentes aos acampamentos. Outra forma de organização que acontecia com frequência nos acampamentos eram as assembleias, nas quais os assuntos mais importantes eram discutidos com as famílias acampadas e buscavam garantir a sua sobrevivência e de seus familiares em fazendas da região ou no perímetro urbano.

Os homens vendem sua força de trabalho, e as mulheres procuram serviços na cidade, como domésticas, diaristas, lavadeiras e prestadora de serviços gerais, além de ficarem no acampamento, papel destinado às mulheres, já que os serviços masculinos são mais longe e considerados mais importantes para a sustentação da família.

Após esse período vivido no acampamento, a Fazenda Jatobá, reivindicada pelo movimento, foi desapropriada pelo Incra em 2005. No local, as famílias ergueram dois novos “acampamentos” dentro da fazenda, já que o Incra instituiu mais dois anos para comprovar a intenção dos acampados, visando especificar quem de fato iria continuar na terra. Isso porque,

pelos critérios do Incra, algumas famílias não tinham “aptidões camponesas”, não podendo, portanto, ter direitos sobre a terra. Entraram na terra, mas permaneceram ainda na condição de acampados.

Nesse período iniciou-se também o processo de politização dos assentados. Alguns iniciaram um processo de politização e informação quanto às condições sobre a terra, o que não se constituiu em uma tarefa das mais fáceis, outros ficaram desiludidos devido à demora e ao fato de estarem tanto tempo naquela condição (acampadas).

O Assentamento Padre Josimo I é organizado internamente através de 11 Núcleos de Famílias, sendo a família a base da organização dos lotes e do assentamento. Seguida dos núcleos de famílias existe a Coordenação Política do assentamento, que tem como papel organizar, discutir, debater, analisar e encaminhar as demandas no que diz respeito ao aspecto político do assentamento.

Cada área das duas divisões feita no assentamento (I e II) possui uma associação, cuja função é organizar o modo de produção que representa cada grupo, além de atender as demandas de ordem jurídica e burocrática junto ao Incra e outras ações de interesse das famílias assentadas. São duas associações dentro do assentamento, porque, apesar de estarem em uma mesma área, os assentados decidiram ter uma representação por área e não por assentamento.

As parcelas de terras não são suficientes para eles produzirem alimentos e manejarem seus animais, o que faz com que eles trabalhem em um sistema de parcerias no qual dividem o resultado de suas produções. Ainda assim, a maioria dos assentados tira seu sustento da própria produção, seja da criação de animais, seja da agricultura, seja da produção de produtos como a farinha. Essa é uma nova experiência e outro aprendizado para esses camponeses, pois trata-se de um aprendizado que se distende em novas conquistas ligadas à produção nos lotes, como infraestrutura, assistência técnica, financiamentos etc.

O caminho de lutas percorrido pelos camponeses implica no desenvolvimento de um conjunto de atividades nos assentamentos, muitas das quais iniciadas durante os acampamentos. Assim, os assentados procuram meios para garantir a sua existência enquanto sujeito social por meio da terra conquistada.

Além dos grupos, o assentamento Padre Josimo I e II encontra-se organizado em lotes destinados à exploração familiar, não possuindo a coletivização das terras, nem a produção em cooperativas. A cooperação no assentamento ocorre por meio de atividades “comunitárias”, baseadas nos laços de solidariedade, na troca de dias de serviço em

momentos em que se torna necessário uma maior quantidade de pessoas nos lotes, como nos períodos de plantio e de colheita.

Outras atividades do assentamento, entendidas como mais uma forma de organização e de reprodução campesina, são direcionadas para as festas populares, em geral ligadas a santos padroeiros e quermesses organizadas principalmente pelas mulheres do Coletivo e do setor de gênero do MST.

Para Martins (2000, p. 40): A luta dos pobres no campo deve ter como um dos aspectos centrais a compreensão da sua religiosidade – a dimensão do sagrado – que só faz sentido por meio da festa. Assim, a luta, não apenas pela terra, mas pela conservação do trabalho e da família, pode se realizar na festa e abrir a possibilidade para a busca de alternativas e do novo, para que, finalmente, o diálogo se torne possível.

Apesar de os moldes dos assentamentos rurais no Brasil forçarem para um modo de vida que encaminhe o camponês a virar um agricultor familiar e, assim ser “dilacerado” pelo capitalismo, os camponeses têm resistido a essas práticas, uma vez que preservam o modo de vida baseado no companheirismo, na troca ou mesmo na doação. E apesar de buscarem acumular o capital, seus planos são demasiadamente diversos que diluem as perspectivas capitalistas dos mesmos.

“Seu Expedito” – o posseiro ou o camponês Expedito?

Para José de Souza Martins (2000, p. 33) a cultura camponesa, e caipira, tem sua própria maneira de pensar as transformações sociais e suas inovações. Ela constrói as possibilidades históricas por meio da utopia e de uma constante necessidade social de fabricação do novo. Ao mesmo tempo e, contraditoriamente, ela se baseia num modo de vida tradicional e conserva valores da família, da comunidade, da terra, do trabalho e, por que não, da festa. Assim, os camponeses procuram conciliar a sua inserção inevitável no mundo capitalista com a preservação de valores familiares e comunitários.

Apesar de sua vastidão, esses princípios baseados na instituição familiar e no coletivo estão expressos no Brasil como um todo. Entretanto, os processos aos quais esses camponeses estão inseridos condicionam mudanças expressivas no modo de viver. Esse pode ser o caso de inúmeros posseiros no Brasil que, expropriados de suas terras, buscam em outras a semelhança da vida que tinham antes de serem expurgados dos seus lugares.

Na região Norte, a expansão da fronteira agrícola, principalmente para áreas da Amazônia, coloca também em xeque a reprodução social dos camponeses/posseiros. Esses, ao negarem sua proletarianização, se lançam em direção a áreas de fronteiras a fim de estabelecerem ali um território de trabalho camponês.

Segundo Roos (2009) o posseiro está em busca da sua “liberdade” e autonomia, ou seja, de controlar seus meios de produção e poder reproduzi-los socialmente. A procura é pelo sustento da família e não pela acumulação de capital. Para ele a terra é uma garantia de existência (terra de trabalho), não possuindo importância como propriedade privada capitalista (terra de negócio). Enquanto isso, as empresas que vinham se instalando na fronteira agrícola buscavam a possibilidade de acumular capital através da propriedade capitalista da terra.

Já os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação, e na outra, contra os jagunços, ‘gendarmes de plantão’ dos latifundiários especuladores e grileiros. [...] São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores. (OLIVEIRA, 2007 p. 135).

No setor destinado ao que deveria ser o Parque Industrial de Porto Nacional encontramos “seu Expedito”², na lógica supracitada por Oliveira. Homem com características bem simples e humildes. Nessa área também está localizada a Brasil Ecodiesel – empresa que agrega um projeto do Governo Federal destinado à fabricação de Etanol – e a antiga fábrica de postes e pré-moldados do Tocantins (Preltins), atualmente desativada.

A pequena propriedade onde mora “seu Expedito” tem como forte característica a diversidade de coisas produzidas na área, além da criatividade, que busca produzir muito e de forma variada em uma pequena parcela de terra. Utilizando um termo econômico, seria o mesmo que otimizar sua produção para o consumo próprio, pois sua sobrevivência depende diretamente do que se produz no pedaço de terra em que está.

Os traços de “seu Expedito” nos fazem refletir sobre o sujeito social mencionado por Oliveira (2007), Martins (2000) e Roos (2009): o posseiro. Jeito simples, nos pés uma sandália gasta e uma trajetória, até chegar à área, longa e sofrida.

Em seu relato, no dia 4 de junho de 2011, “seu Expedito” conta que nasceu no nordeste, trabalhou na roça até quatorze anos, migrou para São Paulo para trabalhar em

² A utilização do nome não necessariamente referencia a pessoa. O nome pode ser fictício, contudo o camponês aqui mencionado encontra-se em todo processo que foi por nós investigado.

fábricas e indústrias, na capital e nos arredores. Decidiu retornar porque não se adaptou ao modo de vida urbano, sobretudo, das grandes cidades. Decidiu trabalhar em garimpos de minérios em Niquelândia-GO, e, em seguida, em Minaçu-GO. Ao tentar voltar para o Nordeste, acabou desistindo ao passar por Araguaína-TO e Colinas-TO. Resolveu vir para capital, Palmas, no começo da década de 1990, onde não conseguiu adaptar-se aos regimes “estranhos” de trabalho. Ao ir para Porto Nacional, foi trabalhar com o “Japonês” em um sistema de parcerias, plantando mandioca e vendendo na feira do município. Conseguiu a área ao perceber que o setor industrial estava inativo, começou tomando conta do pátio da Pretlins e logo começou a “estruturar” a área em que mora atualmente.

“Seu Expedito”, segundo Oliveira (2007), é um camponês que, se recusando a pagar a renda em produto ou em dinheiro, abre a seu modo a posse de terras devolutas, públicas ou mesmo privadas, e, mesmo acreditando que fosse difícil ter a posse da propriedade, ainda assim, continua plantando, pois isso é sua essência é o que “lhe dá prazer”, é o que lhe traz satisfação.

Para Martins (1995, p. 17): É desenraizada, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação [...] hoje o deslocamento do posseiro é determinado fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra.

Nas palavras de “seu Expedito”: “trabalhar para comer e não para ser empregado”, trabalhar livremente, ainda que trabalhando para si “se trabalha bem mais, mas é um trabalho livre, eu trabalho só pra mim, esse trabalho da rua, só escraviza o homem”.

Diante desse relato, tendemos a concordar com Martins (1995) quando ele afirma que o posseiro representa de alguma forma um contestador da ordem capitalista, pois o posseiro ocupa a terra e não paga renda. Portanto, “seu Expedito” é sim um camponês, ainda que sob a condição de posseiro, é quem realmente domina as condições do campo e faz delas condições de viver dignamente no campo.

Algumas considerações...

Duas premissas despontam em nossas considerações sobre esse trabalho. A primeira é que a pobreza e a exclusão no campo têm sua origem na concentração da propriedade da terra. A segunda premissa surge, apesar de o Capitalismo ser uma relação social que acumula e gera lucro, pois ela cria e recria outras relações no seu interior. É nessa contradição que o campesinato se estabelece enquanto relação social no campo.

Nas concepções teóricas encontramos desde a negação do camponês, enquanto classe e sujeito social, até a negação da existência do campesinato como relação social existente no campo brasileiro.

Mas, encontramos nas análises de Oliveira (1999; 2007), Martins (1995; 2000), Wanderley (1996) e Roos (2009) as afirmações de que não só o camponês existe e resiste no campo, mas também as manifestações sociais (econômicas e culturais) do campesinato, protagonizadas nos atuais embates sociais pela terra no Brasil.

Nos trabalhos de campo realizados por Oliveira (2007) no Estado do Tocantins, sobretudo, naqueles realizados no entorno do município de Porto Nacional, tivemos a oportunidade de relacionar teoria e prática, o escrito e o real, e identificamos que o camponês certamente é o sujeito social do campo.

Essa afirmação é feita neste artigo a partir das experiências no Acampamento de Sem Terra Sebastião Bezerra da Silva, no Assentamento Rural Padre Josimo I e II e na pequena propriedade de terra ocupada por “seu Expedito”. Em todas identificamos o campesinato através do modo de vida reproduzido no campo. Notamos que essas características são mais culturais do que econômicas, mais preocupadas com a sobrevivência do que com a acumulação.

Entendemos que as experiências no campo por meio de lutas e embates, protagonizadas pelos sujeitos citados neste trabalho, só reforçam o que algumas teorias tentam negar – o campesinato. São justamente nesses embates e nos espaços de lutas que entendemos a luta de classe e, sendo assim, não há como negar que de um lado está o capital e de outro certamente estão os camponeses e, portanto, o campesinato, que resiste através de seus aspectos culturais.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. S. Paulo: Brasiliense, 1964.

MARTIN, Andrey Minin. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. **Revista História em Reflexão**. vol. 2, n. 4, Dourados jul/dez. UFGD, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora Vozes: Petrópolis, RJ, 1995.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. Ciências Humanas. São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **A Geografia das lutas no campo**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1999. 128 p.

PORTELA, Fernando; OLIVEIRA, A. U. **Amazônia**. 2ª ed. Ática, 1989.

ROOS, Djoni. Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem terra. **Revista Nera**. Janeiro/Junho, ano 12, n. 14, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**. Presidente Prudente. ano 8, nº. 07. Julho/Dez. 2005.

WANDERLEY, Maria N. Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da Anpocs. Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG. Out. 1996.